

Entrevista José Mattoso

“Portugal continua a ser um país rural”



É um dos grandes historiadores portugueses, autor de vasta obra, antigo monge beneditino, professor que dissecou a época medieval. E que, aos 88 anos, já sem saúde, mantém que “Deus é o mais importante”

POR LUCIANA LEIDERFARB (TEXTO) E TIAGO MIRANDA (FOTOGRAFIAS)

Quando soube da proposta de lhe fazermos uma entrevista, aceitou com gosto. Disse que, provavelmente, seria a última. Pediu então que lhe enviássemos as perguntas, pois um Parkinson avançado impedia-o de ter uma conversa telefónica, ao mesmo tempo que a pandemia do novo coronavírus punha de parte a hipótese de um encontro. Com empenho e generosidade, aos 88 anos, dedicou-se a responder a mais de 20 questões, nas quais perpassa a sua relação com a História, a mudança para a vida laica do monge beneditino que foi em novo, o estudo profundo de um tempo sujeito a um sem-fim de ideias feitas. Em qualquer dos casos, não poupou palavras: falou do que, para ele, é ser historiador; fez a crítica de um Portugal ainda rural e desigual; explicou a sua relação com Deus; criticou a inexatidão da comunicação social na difusão de termos como ‘populismo’ e ‘extrema-direita’, cuja complexidade acaba “traduzida em afirmações genéricas”. Como era de esperar, pouco desvendou de si próprio, ele que não se sente bem em público e sempre procurou a discrição, mesmo quando os cargos que ocupava — presidente do Instituto Português de Arquivos, diretor da Torre do Tombo ou responsável pelo Arquivo da Resistência em Timor, que recuperou — o colocavam numa posição mais exposta. O Prémio Pessoa de 1987 é um homem que, hoje, coloca Deus acima da História, para quem a História procura aquilo a que Alberto Caeiro chamava “a espantosa realidade das coisas”. Uma realidade que ainda o surpreende,

sobre a qual ainda age por meio de uma visão contemplativa, abrangente, intuitiva e atenta.

Quando soube que queria ser historiador? E porque queria sê-lo?

Para mim, a História está em segundo plano. O mais importante é a relação com Deus. Ou seja, a vida contemplativa, como existência consagrada a Deus por meio da oração comunitária, do estudo da palavra divina e do trabalho necessário ao sustento da comunidade. A vida monacal tem muitas formas específicas. O monge escolhe uma delas. Pode ser mais ou menos austera, mais ou menos marcada pelos vários aspetos que foi assumindo ao longo dos tempos. Quando alguém quer entrar na vida religiosa, procura conhecer a sua história, para verificar se corresponde ao seu temperamento e aos seus desejos. Em termos esquemáticos, assim aconteceu comigo. A História foi o caminho que segui para conhecer a ordem religiosa em que queria professar.

O que significou trocar a vida religiosa pela vida de historiador? Custou-lhe?

Como vê, não sou historiador por opção profissional, mas para ser fiel à vocação monástica, na medida das minhas capacidades, tal como eu a entendi nessa altura. Se me custou? Eu era nessa altura muito novo. Muito idealista, portanto. Algumas das práticas eram austeras; outras nem por isso. A comunidade de Singeverga, em que professei, não era muito rigorosa. Tinha missões em África, em Angola, por isso recebia um subsídio do Estado para compensar as despesas da formação dos monges. Só depois de alguns anos de profissão me dei conta da diferença entre o meu ideal e a prática que teria de seguir nesse mosteiro. Em termos esquemáticos, os monges de Singeverga preparavam-se para uma vida ativa, mas eu procurava uma vida contemplativa.

Para mim, a História está em segundo plano.

Foi o caminho que segui para conhecer a ordem religiosa

em que queria professar. O mais importante é a relação com Deus”

Nunca sentiu que seria justo poder conciliar a vida religiosa com a laica? Ter licença para formar família, por exemplo?

Creio que todas as ordens religiosas têm um tempo de formação, geralmente um ou dois anos, durante o qual estudam e praticam as suas regras de vida antes de nelas professarem. Cada ordem tem os seus costumes e as suas características. A partir dos séculos V ou VI, umas

eram ativas, isto é, os seus membros pregavam ou desempenhavam funções pastorais. Outras eram contemplativas, isto é, rezavam e estudavam a palavra de Deus. Esta distinção perdurou até ao concílio de Trento. Os beneditinos eram a mais antiga ordem contemplativa do Ocidente. Mas nos séculos seguintes algumas desempenharam funções pastorais. Quando entrei em Singeverga, o único mosteiro contemplativo masculino existente em Portugal, percebi, a pouco e pouco, que ali a vida religiosa era muito mais ativa do que contemplativa. Os monges eram professores de colégios, ajudavam os párocos da região, pregavam ao povo em qualquer paróquia, tinham pequenas comunidades dependentes no Porto e em Lisboa, eram missionários em Angola, etc. Consideravam a colaboração com o clero diocesano como uma ajuda necessária. Isso tem uma explicação histórica.

Qual é?

Depois da Revolução Francesa, a vida religiosa foi restaurada em vários países. Os beneditinos tomaram como modelo as abadias sumptuosas dos séculos XII a XVIII, e deram muita importância à liturgia solene e ao canto gregoriano, como em Solesmes, na França, e em Maria Laach, na Alemanha, prolongando assim a interpretação cluniacense dos séculos XI e XII. Só no século XIX começaram a fundar comunidades nos países colonizados e a colaborar na missionação. Nas vésperas do Concílio Vaticano II, tomaram relevo os agrupamentos religiosos que procuravam dar testemunho do Evangelho nos bairros mais pobres por meio de uma presença discreta e silenciosa (foi a época dos Padres Operários). Foi o modelo que o pe. Charles de Foucauld adotou em meio muçulmano. Estas tentativas inseriam-se no ambiente renovador do Concílio Vaticano II. Tive contacto direto com elas quando frequentei o curso de Ciências Históricas na Universidade de Lovaina, na Bélgica. Quando regresssei a Portugal, o abade de Singeverga permitiu que um pequeno grupo de monges, desejosos de adotar essa forma de vida, tentasse uma fundação perto de Lisboa. Não foi possível chegar a acordo. Verificando a minha incompatibilidade com o teor de vida seguido no meu mosteiro, decidi pedir a dispensa dos votos religiosos, que me foi concedida, e regressar à vida laica. Nessa altura ganhavam relevo as experiências de evangelização nos meios pobres da América Latina apoiados por bispos e religiosos de mentalidade não clerical, como Hélder Câmara, Óscar Romero, Leonardo Boff e outros. Decidi casar-me e, com a minha mulher, pôr-me ao serviço de um bispo que nos aceitasse. Fizemos alguns contactos nesse sentido, mas um dos bispos a quem escrevemos aconselhou-nos a adiar a decisão durante algum tempo, para nos

adaptarmos à vida laica. Nessa altura fui convidado pela professora Virgínia Rau, da Faculdade de Letras de Lisboa, a aceitar um lugar vago de professor convidado de História Medieval. Assim foi a minha mudança de rumo. O ensino universitário permitia-nos viver do nosso trabalho. Mas continuámos muito ligados à fraternidade secular dos Irmãozinhos de Charles de Foucauld. Entretanto, os ideais propostos pelos sectores ‘reformistas’ do Vaticano II eram relegados para segundo plano pela Cúria romana.

Viveu em várias aldeias do interior. Existe em si a ideia de reclusão, a necessidade de silêncio? Este é um mundo ruidoso?

Não associo a ideia de reclusão à vida nos campos, mas ao silêncio. Silêncio para escutar a voz de Deus e interiorizar a palavra de Jesus no Evangelho.

Os factos não acontecem por acaso. Temos de os situar, contextualizar, atribuir a um sujeito. Só assim podemos fazer deles uma narrativa.

Só assim podemos fazer boa História”

Sente-se deste mundo? Ainda se surpreende com a “espantosa realidade das coisas”, citando Alberto Caeiro?

Não reconheço Deus naquela figura antropomórfica de um juiz ancião sentado no trono, transmitida pelo catecismo. Mas essa representação pode ser o ponto de partida para compreendermos o que é ser Pai, através do testemunho de Jesus Cristo, seu Filho, que nos revela efetivamente o que é a “espantosa realidade das coisas”.

Em “Levantar o Céu”, livro de 2012, pergunta: “Haverá alguma promessa pacificadora para a Humanidade em crise?” Como responde?

A promessa pacificadora é efetivamente a de Jesus Cristo que vem ao mundo para mostrar, pela sua própria vida, que Deus não é o Javé implacável do Antigo Testamento, mas o Pai que nos dá a vida e perdoa as nossas faltas.

Diz que a História é “o movimento da Humanidade sujeita ao tempo”. É a narrativa do que somos?

Creio que a História é isso mesmo. Mas temos de aprender o que somos. A narrativa mítica do Génesis diz que o homem se apropriou da distinção

entre o bem e o mal. Ou seja, passou a usar o poder sem medir as consequências do que faz; sem saber se o que faz é bom para si próprio e para os outros, no tempo de vida que lhe é dado viver. A narrativa da História é a que conta as vicissitudes desta tentativa do homem para se apropriar do bem e do mal.

Há uma boa e uma má maneira de fazer a História?

Sem dúvida. Uma maneira má é esquecer a relação entre os factos e as suas causas ou consequências. Os factos não acontecem por acaso. Temos sempre de os medir, situar, contextualizar, atribuir a um sujeito. Só assim podemos fazer deles uma narrativa. Só assim podemos fazer boa História. Além disso, temos de respeitar os factos sem pretender julgá-los. Também não podemos pôr os factos (ou seja, a sua narrativa) ao serviço de uma causa, por melhor que ela seja.

Qual é o ofício do historiador? Saber de onde veio a Humanidade?

O ofício do historiador é saber o que aconteceu e porquê. Quanto a saber de onde veio, acho que já não é uma questão da História, mas da Filosofia.

Existe a neutralidade de quem escreve a História?

Se falamos em neutralidade, falamos em interpretações opostas dos mesmos factos. Nesse caso, exige-se a demonstração. Mas a demonstração estabelece hipóteses, não alcança verdades. Seja como for, a narrativa histórica não pode tomar partido, nem julgar o que já aconteceu.

Fala do pensamento ‘positivo’ da História — que não é o mesmo que positivista. Como explica em “A História Contemplativa” (Círculo de Leitores, 2020), a História não é só factos. Quer explicar?

A História positivista não procura interpretações; exige factos cujo encadeamento seja lógico e possa ter sentido. Mas a história interpretativa, ao buscar o sentido, não se contenta com um relato. Procura aquilo a que Alberto Caeiro chamava “a espantosa realidade das coisas”. Mas a realidade das coisas, por sua vez, só pode encontrar-se na apreensão do Ser (no sentido aristotélico).

E o que é a “atitude contemplativa” do historiador?

É, partindo da percepção do que é a realidade histórica, ou seja, do que se passa no mundo, assumir a atitude de um observador que abarca intuitivamente, num só olhar, o fluir da ação humana no tempo, e a admira como um espetáculo exaltante, como diz Sophia de Mello Breyner, avassalador, que gosto de comparar com a emoção causada por uma imensa sinfonia. A simples visão da vida do homem sobre a Terra, na sua infinitude, induz o olhar atento. Um olhar atento, não só racional, mas também afetivo.



PERCURSO O dele levou-o a Lovaina, onde estudou História, doutorando-se depois na Universidade de Lisboa. Foi o primeiro Prémio Pessoa, em 1987. Publicou 30 livros, sendo o último “A História Contemplativa”, de 2020

Porque se interessou pela Idade Média?

Antes de mais, porque herdei esse gosto do meu pai. Ele admirava a época das catedrais, da fé religiosa, da literatura espiritual. Em segundo lugar, porque eu próprio, procurando as práticas mais autênticas do monaquismo, fui encontrá-las nas origens, ou seja, nos séculos VI a XV.

A Idade Média é a Idade das Trevas?

O conceito de Idade das Trevas aplicado à Idade Média resulta de um equívoco ou de ignorância pura e simples. É verdade que a cultura medieval muitas vezes confundia magia e superstição com religião autêntica, e que via milagres e intervenções divinas um pouco por toda a parte. Mas não podemos generalizar a toda a sociedade o que consideramos credence. Também não podemos esquecer o incalculável valor da arte medieval expressa nas grandes catedrais, nem a genialidade do pensamento teológico demonstrada por um autor como São Tomás de Aquino. Não são produtos das trevas. A expressão Idade das Trevas apareceu primeiro no Renascimento, quando a cultura europeia redescobriu a estética greco-romana e, depois, no século XVIII, quando os intelectuais franceses atribuíram à filosofia iluminista o papel de fonte de toda a política civilizada. O pressuposto depreciativo da expressão só revela a ignorância de quem a usa.

E em que se distinguiu o medievalismo português? O que teve de particular?

Não creio que se possa falar num medievalismo português. O conceito é vago. Só se pode entender a partir de obras concretas que formem um conjunto determinado, e que apresentem características próprias de uma nação. Alguns autores falam do ‘estilo manuelino’ para se referirem a monumentos em cuja decoração aparecem a esfera armilar e o cordame das naus, associados à coroa real. Mas estes elementos aparecem já no século XVI.

“Uma das questões fundamentais do conhecimento histórico consiste em averiguar como se formaram as nações”, escreve no prefácio à reedição de “Identificação de um País”. Como é que Portugal se identifica como país? Que elementos fixam a sua identidade coletiva?

Procurando evitar especulações discutíveis ou sem fundamento sólido, e apoiar-me em dados concretos, considero que a nação existe quando se situa num espaço determinado, com fronteiras estáveis e uma população sujeita à mesma autoridade através do tempo, qualquer que seja o seu regime político. Normalmente adota um símbolo que a identifica face a outras nações. No caso de Portugal, a estabilidade da fronteira é muito clara, e a sucessão política também, apesar do período de sujeição à Espanha no fim do século XVI e na primeira metade do século XVII. O símbolo que, desde o século XII até hoje, a identifica, é o escudo com as cinco ‘quinas’, a que se associou no século XVI a esfera armilar. Quanto aos “elementos que fixam a identidade coletiva”, é uma questão tão vasta e com tantas especulações de todo o género, que prefiro deixá-la em aberto. Limito-me a assinalar a obra emblemática de Eduardo Lourenço, “O Labirinto da Saudade”.

E hoje, como olha para o seu país?

Portugal foi muito marcado pelo seu papel na abertura do contacto do Ocidente com as civilizações não europeias, e depois pela sua história como país colonial. Apesar da perda das colónias, da revolução do 25 de Abril e da adesão à União Europeia, conseguiu vencer todas estas vicissitudes, manter a independência e um equilíbrio económico e político razoável. A reintegração dos ‘retornados’ das colónias consumou-se sem grandes perturbações. É um fenómeno mal estudado. Merecia, parece-me, um estudo científico sério. Apesar de pertencer à União Europeia, Portugal padece de um atraso económico crónico em relação aos restantes membros. Faz parte do grupo da Europa meridional. Apesar dos seus esforços, não tem conseguido estabelecer uma cobertura escolar e universitária que lhe permitam superar esse

atraso. Continua a ser um país rural apesar de um constante movimento de êxodo do campo para as cidades, sobretudo as do litoral. A distribuição da riqueza é muito desigual.

*Apesar de pertencer à União Europeia,
Portugal padece de um atraso económico crónico.
A distribuição da riqueza é muito desigual”*

Qual sente que foi o seu contributo para a historiografia portuguesa?

Até à década de 70, pode-se dizer que a historiografia portuguesa aceite nas universidades excluía a história social e económica. Não se admitia, nem sequer como hipótese, qualquer explicação dos fenómenos característicos da vida social e económica, e sobretudo política, a partir de conceitos propostos pela teoria marxista sobre a influência determinante da economia em todos os outros aspetos da vida humana. Orientar a investigação para os fenómenos da vida material, ou da diferença entre as classes sociais, correspondia a professar ideias subversivas contaminadas pelo conceito marxista da luta de classes. Esta opção afetou profundamente a investigação portuguesa em geral, e a historiografia medieval em particular. Ora, nos anos 60 a 80, estes conceitos prevaleciam em toda a parte e inspiravam obras de grande sucesso na Europa e na América. A mim parecia-me evidente a necessidade de estudar não só os factos, mas também a sua origem e evolução.

Foi esse o caminho que empreendeu?

Na história monástica, não podia compreender a receção ibérica dos costumes de Cluny sem enquadrar os factos na evolução social da aristocracia nobiliárquica dos reinos de Leão e Castela. Ou seja, sem estudar as estruturas da vida social que condicionaram a adoção de novos costumes religiosos nos mosteiros patrocinados pelos nobres leoneses e castelhanos. Para estudar a vida monástica tinha de estudar a nobreza. Por conseguinte, a primeira coisa que fiz como docente de História Medieval na Faculdade de Letras foi reeditar os livros de linhagens portugueses dos séculos XIII e XIV, publicados com muitas falhas por Herculano no fim do século XIX, porque contêm um imenso manancial de dados históricos de todo o género, entre os quais informações preciosas para a história religiosa, social e política. Creio poder dizer, sem falsa modéstia, que os meus estudos de história

medieval abriram o caminho não só à história religiosa, mas também à história social e económica de Portugal.

Sempre foi uma pessoa muito privada. Como é que um historiador olha para a sua própria história? Que factos destacaria?

Com efeito, não me sinto bem em público. Procurei ser sempre discreto nos cargos que desempenhei. Foi talvez por isso que, em História, estudei sobretudo a da vida monástica. Não olho muito para a minha própria história, a não ser do ponto de vista da minha relação com Deus (que inclui a minha relação com o próximo). Factos a destacar? Aqueles que indiquei nas primeiras perguntas acerca do meu itinerário como religioso e como professor universitário. Acrescento apenas o meu trabalho como cooperante de Portugal em Timor-Leste no princípio da sua independência, entre 2000 e 2005, depois de ter obtido a reforma antecipada como professor universitário. Em Timor organizei o Arquivo da Resistência, dei aulas no seminário diocesano e colaborei com o ISMAIK (Instituto Secular de Irmãos e Irmãs Unidos em Cristo), dirigido pela Mana Lu.

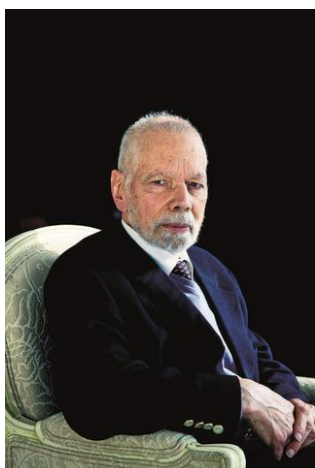
Quem é a pessoa que mais o influenciou?

Além dos meus pais, o meu tio materno e padrinho de batismo, o pintor Lino António; o professor Léopold Genicot, orientador da minha tese de doutoramento em Lovaina; o pe. Stanislás Llopart, monge de Monserrat e eremita no Japão.

Debruçou-se sobre a história da vida privada. O que pensa hoje da noção de vida privada?

Apesar de ter dirigido a “História da Vida Privada”, publicada pelo Círculo de Leitores, não é um campo que me atraia muito. Assumi a direção da obra para apoiar um grupo entusiasta de jovens investigadores. Não podia deixar de o fazer. Abordei um tema problemático (o corpo, a saúde e a doença), em virtude da sua conexão com a mentalidade, sobre a qual trabalhei mais. Sem querer discutir a pertinência das minhas preferências, acho que a vida privada de alguém interessa sobretudo ao próprio, e ao seu círculo social. É uma matéria demasiado variável, no seu conteúdo e nas suas modalidades, e por isso não é fácil traçar a sua história. Mas é certo que o seu objeto suscita grande curiosidade. Sendo, teoricamente, imune a regras e imposições públicas, atrai a curiosidade para com o insólito, as exceções, as extravagâncias e as infrações. É verdade que também indicia crenças,

atitudes e comportamentos significativos. Mas o estudo dos pormenores, em princípio, deve vir depois da regra geral.



Fala-se muito da reescrita da História, do negacionismo, das *fake news*. Como olha para este fenómeno, ligado ao renascer dos populismos de extrema-direita?

Não me parece que seja um só e mesmo fenómeno, nem creio que tenham uma raiz comum. Neste sentido, creio que será mais eficaz estudar cada um deles *per se*. Apesar disso, não deixarei de dizer que me parecem resultar de noções difundidas pela comunicação social, sem a devida exatidão, e traduzidas em afirmações genéricas. De comum, parece-me haver uma compreensão discutível dos fenómenos em causa por parte dos profissionais que os usam, e um propósito de sensacionalismo para atrair o público. Por fim, creio que se dirigem a um meio recetor incapaz de distinguir o verdadeiro do falso, e que usam uma estratégia própria da concorrência partidária, à qual só interessa a captação dos votos.

Que história se fará, por exemplo, desta pandemia que assolou o mundo?

Não faço ideia. Mas creio que essa história terá de ter em conta o desenvolvimento científico na área da Biologia, a capacidade do Estado para organizar um combate eficaz, o civismo da população no cumprimento das regras estabelecidas, a equidade no acesso de toda a população aos fármacos mais eficazes. Como é evidente, são matérias onde não faltarão ações ditadas pelo desejo do lucro.

Que leitura faz da resposta da ciência?

Também não faço ideia. Para já, percebe-se que alguns laboratórios são mais persuasivos do que outros. Resta saber se são os mais eficazes. Só o estudo científico poderá responder.

Como se resolve a equação mundo tecnológico e global/planeta em destruição?

Continuo a não fazer ideia. Mas se a ciência demonstrar que a pandemia é desde já um resultado do desregulamento da natureza, é evidente que o mundo tecnológico se tornou o principal agente da destruição do planeta.

Encontra traços da mentalidade medieval nos dias de hoje?

A mentalidade medieval é um conceito sem margens. Um dos seus principais aspetos consiste na constante intervenção do sobrenatural na vida humana. Cingindo-me apenas aos fenómenos da antropologia religiosa que se verificaram na Europa ocidental, é evidente que a Igreja católica foi o principal agente do abandono dos rituais mágicos herdados do paganismo, profundamente arraigados na população, mas combatidos pelo clero, inclusive tolerando práticas sincréticas que foram progressivamente abandonadas. É claro que se podem encontrar outros vestígios da mentalidade medieval nos dias de hoje.

A atitude contemplativa do historiador é a atitude de um observador que abarca intuitivamente, num só olhar, o fluir da ação humana no tempo”

A história repete-se? O que aprendem dela os seres humanos?

O aforismo “a história repete-se” pertence a um aspeto superficial da História. O “Livro da Sabedoria”, do Antigo Testamento, di-lo claramente: “Nada há de novo debaixo do sol.” A filosofia hindu também vê o mundo sob esse aspeto: o mundo está sujeito ao “eterno retorno”. A reencarnação é um dos grandes princípios do budismo. Mas a este ponto de vista opõe-se o princípio de que a História tem uma trajetória em linha reta: tem princípio, meio e fim. Para a sabedoria judaica, haverá um juízo final, que separará para sempre os bons dos maus. A filosofia de Hegel prevê ciclos marcados pela contradição alternada da tese, antítese e síntese. O racionalismo não nega estes ciclos, mas admite a aproximação em direção do progresso universal. São interpretações que ora fazem prevalecer a equivalência, ora a diferença dos ciclos; ora o indivíduo, ora a coletividade. Quanto a mim, creio que a disciplina da História trabalha a partir da ação individual, e procura situar o indivíduo no tempo (é para isso que serve a cronologia). A equivalência dos factos não é matéria da História, tal como a entendemos, mas da Filosofia, da Ética, da Política ou da Economia.

Numa oportunidade, confessou o seu ceticismo perante a realidade. O que lhe dá esperança?

Não sei a que texto meu se refere quando vê nele uma atitude cética. O conceito de ceticismo é muito diferente conforme se aplica aos vários planos do pensamento. Uma coisa é o plano racional em que se situam as ciências sociais e humanas, a partir da noção de causa e efeito, que, conforme a observação das causas e da sua repetição, espera um resultado bom ou mau. O cético não acredita que, de uma causa má, se siga um efeito bom. Outra coisa é o plano sobrenatural, base por excelência da intervenção divina. Neste plano não há lugar para o ceticismo, porque a ação divina só é concebível como correção do mal ou como confirmação do bem. Neste ponto só posso acreditar na intervenção do sobrenatural como criação do mundo ou como reparação do mal. A argumentação a partir das narrativas religiosas criadas pelo homem, conforme as respetivas culturas e civilizações, tem de abandonar as formulações antropomórficas para as traduzir em termos racionais.

Há algo de que se arrependa?

Um dos mais conhecidos aforismos da cultura clássica diz: “Errare humanum est.” Todo o ser humano está sujeito ao erro. Mas não basta reconhecer o erro. É necessário corrigi-lo.